

Projeto recebe poucas sugestões

A falta de conhecimento sobre os pontos apresentados no Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (Rima) marcou a audiência pública de ontem com o objetivo de colher sugestões favoráveis ou não à implantação do bairro de Águas Claras. Dos mais de 100 presentes, somente 20 pessoas se inscreveram para dar opiniões e muitas delas se restringiram a questionar prazos, medidas para implantação de redes de água e esgoto, coleta de lixo — relatadas no documento — além da defesa do meio ambiente ou das muitas famílias que vêm na construção da cidade a oportunidade de ter a casa própria.

"Muitos nem sequer leram o documento", avaliou no final da audiência de quatro horas de duração o presidente da comissão da Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia (Sematec), Otto Ribas. A análise do Rima e também das sugestões apresentadas vai subsidiar a elaboração do documento de licença ambiental pela comissão. O resultado deverá sair dentro de 10 dias. "A audiência permitiu que as pessoas se manifestassem técnica ou emocionalmente, a favor ou contra o projeto. A comissão vai analisar a pertinência das críticas e poderá, ainda, pedir complementação dos estudos ou apresentar restrições", acrescentou.

Muito verde

O secretário Washington Novaes, da Sematec, destacou como um dos pontos favoráveis do Rima a grande área destinada a parques, reservas, praças e áreas arborizadas. "Nada menos que 50% do total, índice único no país e que a Secretaria vê com muito prazer", disse. Novaes acrescentou que será examinada a adequação às condições ambientais e, se necessário, serão propostas modificações. "No caso do Rima do metrô a Secretaria de Obras impôs mais de cem restrições, que estão sendo cumpridas rigorosamente", complementou.

Segundo o coordenador-geral do Rima — elaborado pela empresa Progea Engenharia e Estudos Ambientais — Antônio Valério, o documento se ateve ao plano urbanístico preliminar, à presença do me-

trô, a inter-relações com novos projetos de assentamentos populacionais e o diagnóstico ambiental dos meios físico, biótico e sócio-econômico. Para o arquiteto Paulo Zimbres, participante da elaboração do plano urbanístico preliminar, o bairro se destaca pela maior eficiência no transporte coletivo — ligação com as satélites de Guará, Taguatinga, Ceilândia e Samambaia, além da linha do metrô — e maior qualidade de vida.

Preservação

O deputado Wasny de Roure, líder do PT e relator da CPI da Terra na Câmara Legislativa, defendeu que muito do patrimônio de Águas Claras deveria ser aproveitado pelos próprios moradores ou para instalação de equipamentos públicos. Ele disse, ainda, que a transformação da área rural em área urbana deve passar antes por aprovação de lei. "Esperamos que o governador Roriz apresente um projeto de transformação à Câmara Legislativa, pois temos muitas sugestões a dar", disse. Ele também defendeu a preservação das áreas produtivas.

"Me surpreende que um representante da Câmara Legislativa venha aqui e não defende que o povo tenha onde morar", rebateu o presidente da Cooperativa Habitacional dos Funcionários da Saúde, Rubens Dutra filho. "Prejuízo maior é nossa dignidade, trabalhadores que não têm onde morar", disse, acrescentando que as árvores têm a própria semente que a reproduz e que a Novacap tem em seu canteiro mudas suficientes para repor as plantações.

O presidente da Cooperativa Habitacional dos Servidores Públicos Federais, José Araújo Alves, ressaltou que as questões sobre o abastecimento de água, redes de esgoto, coleta e tratamento do lixo são problemas sérios, que devem ser amplamente avaliados. Ele chegou a propor a criação de uma lei de migração para que a área destinada à expansão seja resguardada ao crescimento natural da população. "Nossos filhos e netos precisam ter garantido um local para morar", justificou José Araújo, sendo lembrado que uma lei de mi-

gração é constitucional diante do direito de ir e vir de cada cidadão.

"Muitas pessoas aguardam com esperança o resultado dessa reunião. Águas Claras surgiu para atender dignamente quem trabalha no DF. Mas o governo tem de ver também os problemas dos chacareiros e procurar desenvolver um processo harmonioso. Muita gente falou aqui de forma política e eu estou falando de humanidade", defendeu a assessora das cooperativas habitacionais, Avelilourdes de Almeida Gomes.

Participação

Como "futuro morador", o presidente da Cooperativa Habitacional do Sistema Fibra, Ronaldo Seggiano de Almeida, destacou que a população que vai morar em Águas Claras está organizada em cooperativas e deve ser ouvida durante todo o decorrer da implantação. "Os aspectos técnicos exigem um fórum especializado para a discussão, a audiência partiu para discussões de ordens particulares e politizeiras e perdeu o universo que irá atender", ressaltou.

Para o presidente da Associação dos Moradores das Mansões do Setor Park Way, quadras 3, 4 e 5, Adair José de Lima, o projeto apresenta sintonia razoável com o setor. "estamos satisfeitos porque a classe média vai ter um local para moradia, mas estamos preocupados com o projeto de esgotos", disse. Ele acrescentou ser contrário a uma das alternativas apresentadas pelo Rima, a de jogar o esgoto in natura no córrego Vicente Pires, de onde seguiria até o Lago Paranoá, e defendeu a implantação de uma estação de tratamento a nível terciário no local.

Antônio Valério, coordenador-geral do Rima, explicou que o esgoto produzido passará por tratamento terciário antes de ser lançado ao córrego, além de outra alternativa apresentada de rebombeamento para o córrego de Taguatinga. Ele disse, ainda, que o sistema de abastecimento de água será suficiente com a ampliação da bacia do Rio Descoberto, corrigindo as perdas registradas em Samambaia, que chegam a 35% da demanda.